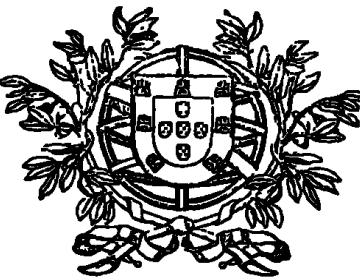


DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, *franca de porte*, bem como os periódicos que trocam com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa, dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18.000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10.000 | Comunicados e correspondências, por linha 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-seão 10 réis de sêlo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios sólido enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva imprensa.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.
Decretos de 16 de Janeiro:

Autorizando a Comissão Municipal do concelho de Viseu a aplicar parte dum empréstimo em determinadas obras.
Autorizando a Câmara Municipal de Cintra a despesclar parte do seu fundo de viação nas obras dum matadouro.

Anúncio de concurso para provimento de escolas primárias.
Rectificação ao anúncio para provimento de escolas publicado no Diário n.º 13.

Rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Decretos de 13 de Janeiro:

Mandando que um ajudante-demonstrador da extinta Escola Médico-Cirúrgica do Funchal fique adido ao liceu daquela cidade.
Mandando abrir concurso para provimento dos lugares de professor vagos nos liceus de continente e ilhas.

Rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

Despacho autorizando dois engenheiros da comissão do serviço geológico a exercerem os lugares, para que foram nomeados, de segundos assistentes da Faculdade de Ciências de Lisboa.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos e rectificações a despachos, sobre movimento de pessoal do registo civil.
Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos aprovando cauções.
Decreto de 13 de Janeiro, concedendo provimento ao recurso n.º 13.758, sobre matéria de contribuições.
Despachos pela Direcção Geral das Alfândegas, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Ordem da Armada n.º 17 (série B), referida a 15 de Setembro de 1911.
Rectificações ao regulamento das contingências e à nota da lotação do cruzador *Admiral*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Despachos pela Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, sobre movimento de pessoal.
Aviso de ter sido encerrada a acta de depósito das ratificações da declaração relativa a direitos de importação sobre armas e munições na bacia convencional do Congo.
Nota do movimento do pessoal consular português e estrangeiro.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.
Edito acréscima da concessão de licença para a exploração da nascente das águas minero-medicinais da Fonte Reigaz.
Portaria de 29 de Dezembro de 1911, provendo provisoriamente o cargo de chefe de secção dos serviços químicos da Estação Agronómica de Lisboa.
Despachos pela Direcção Geral da Agricultura, sobre movimento de pessoal.
Despachos pela 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.
Decreto de 27 de Maio de 1911, negando provimento no recurso n.º 367, de 1910, em que era recorrente o inspector de fazenda do Estado da Índia.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, propostas e projectos de lei:
Sobre a criação dumha Direcção Geral do Trabalho.
Sobre a reparação de estragos causados no edifício da Caixa Económica Operária em 4 de Outubro de 1910.
Sobre a realização dum empréstimo para o desenvolvimento de arborização.
Sobre a reforma e regulamentação dos serviços da Escola de Música do Conservatório de Lisboa.

Senado da República Portuguesa, projectos de lei:
N.º 33-B, sobre a realização dum empréstimo para reparação dos molas do pôrto de Leixões.
N.º 33-C, sobre construção de habitações populares higiénicas.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, anúncio para arrendamento de parte dum barracão no Mercado Vinte e Quatro de Julho.
Hospital de S. José, anúncio para venda de fato.
Provedoria Central da Assistência de Lisboa, anúncio para arrematação de géneros e outros artigos.
Caixa Económica Portuguesa, editos para levantamento de depósitos.
Inspeção de Finanças do distrito de Lisboa, anúncio para venda de mobiliário.
Alfândega de Lisboa, editos acréscima do extravio do pertence de três caixas com pasta dentífrica.
Exploração do pôrto de Lisboa, anúncio para arrematação de obras.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do pôrto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES:

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS:

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 19—Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Pôrto, em 13 de Janeiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Administração Política e Civil

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Janeiro 16

Domingos José de Matos—exonerado, como pediu, do cargo de administrador do concelho de Montemor-o-Novo.

Bacharel Rui António de Sousa Machado—nomeado administrador do concelho de Moimenta da Beira.

Secretaria do Ministério do Interior, em 17 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Ricardo Paes Gomes*.

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho:

Janeiro 16

Coronel de Infantaria, Francisco Xavier Pereira da Magalhães—exonerado do lugar do comissário geral de polícia do Pôrto, que exerceu com zelo e inteligência, para ser encarregado de outra comissão junto do Ministério do Interior.

Secretaria do Ministério do Interior, em 17 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Ricardo Paes Gomes*.

Sob proposta do Ministro do Interior: hei por bem autorizar a Comissão Municipal Administrativa do concelho de Viseu a aplicar do empréstimo de 90.000\$000 réis, que foi autorizada a contrair por decreto de 2 de Março de 1910, a quantia de 4.000\$000 réis para auxílio das despesas da construção ou adaptação de edifício existente, para quartel do regimento de artilharia n.º 7, colocado naquela cidade.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 16 de Janeiro de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Silvestre Falcao*.

Sob proposta do Ministro do Interior: hei por bem autorizar a Câmara Municipal do concelho de Cintra, a desviar do seu fundo de viação, depositado na Caixa Geral de Depósitos, a quantia de 300\$000 réis, para aplicar exclusivamente à conclusão do Matadouro Municipal, visto não poder ocorrer a esta despesa pelas suas receitas ordinárias.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 16 de Janeiro de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Silvestre Falcao*.

Direcção Geral de Instrução Primária

3.ª Repartição

Para os devidos efeitos se substitui, pelo que segue, o edital do concurso para provimento de escolas primárias, publicado no Diário do Governo n.º 13, de 16 do corrente, o qual, como facilmente se depreende, só podia servir para concurso de escolas nas ilhas adjacentes:

O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro do corrente ano, publicado no Diário do Governo n.º 6, começa na data da publicação do presente anúncio e termina quinze dias depois, às dezassess horas.

Os requerimentos dos candidatos devem ser presentes ao inspector da respectiva circunscrição escolar, dentro do prazo do concurso, acompanhado dos documentos indicados no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 17 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Leão Azedo*.

Declara-se aberto concurso documental para o provimento das seguintes escolas:

2.ª Circunscrição escolar—Coimbra

Sexo masculino da freguesia de Caja, concelho de Arganil.

Idem de Calde, concelho de Viseu.

Idem da sede do concelho do Fundão.

Idem do Pinheiro de Caja, concelho de Tábua.

Sexo feminino da sede do concelho do Fundão.

Idem do Barco, concelho da Covilhã.

Idem de Argoncilhe, concelho da Feira.

3.ª Circunscrição escolar—Porto

Sexo masculino da Foz do Sousa, concelho de Gondomar.

Idem de Sandim, concelho de Vila Nova de Gaia.

Idem do lugar e freguesia de Serzedo, concelho de Guimarães.

Mixta da freguesia de Valongo, concelho de Murça.

Idem do lugar de Ribeirinha, freguesia de Valongo, concelho de Murça.

Idem da freguesia de Delião, concelho de Bragança.

O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro do corrente ano, publicado no Diário do Governo n.º 6, começa na data da publicação do presente anúncio e termina quinze dias depois, às dezassess horas.

Os requerimentos dos candidatos devem ser presentes ao inspector da respectiva circunscrição escolar, dentro do prazo do concurso, acompanhado dos documentos indicados no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

1.ª Circunscrição escolar—Lisboa

Sexo masculino da sede do concelho de Pôrto Moniz (Funchal).

Idem da freguesia de Santa Cruz, concelho da Lagoa (Ponta Delgada).

Sexo feminino de Pôrto Judeu, concelho de Angra (2.º lugar).

Mixta de Achadas da Cruz, concelho de Pôrto Moniz (Funchal).

O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro do corrente ano, publicado no Diário do Governo n.º 6, começa na data da chegada do vapor que conduz este Diário à sede do distrito respectivo. Termina trinta dias depois.

Os requerimentos dos candidatos serão enviados ao inspector da 1.ª circunscrição escolar, acompanhados dos documentos indicados no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902. Nos termos do artigo 29.º da lei de 29 de Março último, não são admitidos candidatos do sexo feminino à escola do sexo masculino.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 17 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Leão Azedo*.

Pôr haver saído com inexactidão no Diário do Governo n.º 18, de 16 do corrente, novamente se publica o seguinte despacho:

José de Andrade Geraldo, professor primário da escola da freguesia de S. Julião, da cidade de Setúbal—transferido, precedendo concurso, para a da freguesia do Beato (central n.º 2), da cidade de Lisboa.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 17 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Leão Azedo*.

Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial

Tendo em vista o § único do artigo 1.º do decreto, com força de lei, de 11 de Novembro de 1910, que estinguiu a Escola Médico-Cirúrgica do Funchal;

Usando da facultado que me confere o artigo 47.º, n.º 4.º, da Constituição Política da República Portuguesa, hei por bem, sob proposta do Ministro de Interior, decretar o seguinte:

O antigo ajudante-demonstrador da extinta Escola Médico-Cirúrgica do Funchal, Nuno Silvestre Teixeira, fica adido ao liceu central da mesma cidade, devendo prestar serviço na regência das disciplinas da secção de ciências.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 13 de Janeiro de 1912.—*Manuel de Arriaga*—*Silvestre Falcao*.

Por ter saído com inexactidão, novamente se publica o seguinte:

Por portarias de 15 do corrente:

João do Matos Cid, professor provisório do Liceu Central de Faro — autorizado a exercer provisoriamente as funções de médico escolar naquele liceu, sem direito a vencimento ou gratificação.

Belarmino Augusto Pereira de Abreu e Sousa, professor provisório do Liceu Nacional de Setúbal — autorizado a exercer provisoriamente as funções de médico escolar naquele liceu, sem direito a vencimento ou gratificação.